

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

Ângela Costa Garcia

**PROFESSORAS EX-ATLETAS DE FUTEBOL: DAS INTERDIÇÕES VIVENCIADAS
ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE INCENTIVAM MENINAS NO
FUTEBOL/FUTSAL**

Porto Alegre
2023

Ângela Costa Garcia

**PROFESSORAS EX-ATLETAS DE FUTEBOL: DAS INTERDIÇÕES VIVENCIADAS
ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE INCENTIVAM MENINAS NO
FUTEBOL/FUTSAL**

Trabalho de conclusão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz dos Santos Silva

Porto Alegre
2023

Ângela Costa Garcia

**PROFESSORAS EX-ATLETAS DE FUTEBOL: DAS INTERDIÇÕES VIVENCIADAS
ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE INCENTIVAM MENINAS NO
FUTEBOL/FUTSAL**

Conceito final:

Aprovado em 06 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério da Cunha Voser
Avaliador

Prof. Dr. André Luiz dos Santos Silva
Orientador

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTO

Gostaria de começar dedicando esse trabalho à minha avó, que desde sempre me incentivou a ser a primeira da família a ter um diploma superior. Ao meu orientador, André, que teve mais paciência comigo do que deveria ter! A quem esteve comigo e hoje não se encontra mais, mas mesmo em pensamentos esteve junto a mim em todos momentos. Aos meus três melhores amigos: Gabriel, Karina e Luiza que durante todo o processo estiveram presentes e sei que continuarão, ao meu irmão, pelo apoio de sempre. E por fim, dedicar à minha mãe que sei que está orgulhosa de ver a filha ultrapassando algo, até então, inacessível.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve por objetivo compreender se as experiências de discriminação sofridas durante o processo pessoal no futebol produziu efeitos nas abordagens adotadas por três professoras de Educação Física nas aulas que tematizam o futebol/futsal na escola. Para tanto, foram entrevistadas três ex-atletas de futebol, entre 35 e 45 anos, que atualmente são professoras no ensino público. As entrevistas foram transcritas e analisadas. Três assuntos foram abordados durante a entrevista. O preconceito vivido na infância estando no meio da família e amigos jogando futebol, desde a infância. O preconceito vivido dentro da escola e a influência que os professores de Educação Física tiveram nesse trajeto e por fim, as estratégias didáticas utilizadas para que as meninas sintam-se à vontade nas aulas de Educação Física. Como resultado final, ficou em destaque a metodologia co-educativa como principal método de aprendizagem sobre os temas abordados, destacando a importância da Educação Física conjunta.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aimed to understand whether the experiences of discrimination suffered during the personal journey in soccer had an impact on the approaches adopted by three Physical Education teachers in their classes that focus on soccer in schools. To do so, three former soccer players, aged between 35 and 45, who are currently teaching in the public education system, were interviewed. The interviews were transcribed and analyzed. Three topics were addressed during the interviews: the prejudice experienced in childhood while playing soccer within the family and among friends since childhood, the prejudice experienced within the school, and the influence that Physical Education teachers had on this journey. Finally, the didactic strategies used to make girls feel comfortable in Physical Education classes were discussed. As the final result, co-education methodology emerged as the primary learning method for the topics discussed, emphasizing the importance of Physical Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1 Mulheres na Educação Física escola.....	18
3. METODOLOGIA.....	20
3.1 Método de coleta de dados.....	20
3.2 Aspectos éticos.....	21
3.3 Análise de dados.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
5. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Boa parte dos estudos sobre o futebol no Brasil enfatiza sua história e a relação entre futebol e a identidade nacional (GUEDES, 1999). Gil (1994) destaca a relação entre futebol e nação, dando ênfase à imagem do futebol-arte como representação do povo brasileiro (miscigenação) e fonte de identidade nacional. A cultura mestiça brasileira teria dado origem ao estilo malandro de jogar futebol no Brasil. Alguns pensadores entendem o futebol como metáfora da nacionalidade. A construção da identidade nacional a partir do futebol-arte, no qual predomina a magia, habilidade, improviso e talento (BOURDIEU, 1996).

No cenário esportivo, as mulheres foram consideradas como usurpadoras ou profanadoras de um espaço consagrado ao usufruto masculino. O esporte, tanto como lazer ou com finalidades físicas, unificou um conjunto de adjetivos que representam o mundo masculino: força, determinação, resistência e busca de limites (Rubio & Simões, 1999). O esporte não pode ser visto apenas como uma maneira de movimentar o corpo, ganhar formas esteticamente aceitáveis e melhora da saúde física, ele deve ser lembrado também como um espaço onde se refletem valores culturais de cada sociedade na qual é praticado, reproduzindo seus sistemas hierárquicos e suas peculiaridades sociais. Para Helal (1990), o esporte deve ser encarado como algo que foi construído socialmente, este é um pensamento que vai além dos esportistas, que vê o esporte como um fenômeno universal e também como um modelo de realidade social, em especial quando confrontado com as perspectivas de ascender socialmente e economicamente.

Atualmente, o futebol feminino no Brasil avança, mesmo que em passos lentos. Um novo começo parece ter surgido, pois foi a deliberação da Confederação Sul-Americana de futebol para o licenciamento de clubes, na qual obriga que “a partir de 2019, os clubes que não tiverem um time de mulheres disputando competições nacionais não poderão participar de campeonatos sul-americanos de futebol masculino” (BARREIRA, et. al., 2020, p.29).

Um recomeço parece estar em andamento em decorrência das ações que as instituições gestoras do futebol estão implementando, sobretudo depois de 2016, quando a FIFA definiu como um de seus pilares estratégicos o futebol praticado por mulheres. A contratação em setembro de 2020 de duas ex-jogadoras, Aline

Pellegrino e Eduarda Luizelli, para assumirem cargos de comando na CBF reforça o ânimo de quem vivencia e aprecia o futebol feminino. Além de anunciar as duas novas coordenadoras, o presidente Rogério Caboclo também tornou pública outra importante medida: “a equiparação dos pagamentos feitos aos jogadores e às jogadoras das Seleções Brasileiras Principais” (CBF, 2020).

Altmann (1998) explica que a associação do esporte à masculinidade varia de acordo com a modalidade, e na escola o futebol é considerado o mais masculino dos esportes. A autora ainda afirma que quando meninas jogam contra meninos, ao invés destes sentirem-se desafiados, sentem-se ameaçados em sua masculinidade, por medo de serem vencidos, pois em algum momento, as meninas podem superar as expectativas e apresentarem-se com grandes habilidades para os esportes.

Apesar do futebol masculino ser tão ovacionado, o mesmo não ocorre quando a modalidade é praticada por mulheres. Embora exista um número crescente de mulheres interessadas pela prática da modalidade esportiva, a mesma é dominada pelo sexo masculino. Diante disso, é válido aprendermos sobre a participação feminina na modalidade nas aulas de Educação Física, o papel do educador e da unidade escolar como mediadores no processo de desconstrução das barreiras estabelecidas pela sociedade que definem como papel feminino cuidar da casa, do esposo e dos filhos. Características essas que acabam por definir o que é adequado ou não para as meninas nas aulas de Educação Física.

Segundo Santos e Hirota (2012), “através de intervenção do profissional de educação física as meninas são incluídas no ambiente escolar dividindo o espaço com os meninos”. Os mesmos autores relatam que para a participação feminina nas aulas em que o tema é o futebol, é necessário que tenham “incentivo familiar e um bom relacionamento com o professor de educação física.” (SANTOS E HIROTA 2012 p. 1). Observa-se que para romper as barreiras do sexismo ainda existentes e possibilitar a inclusão feminina em tais aulas, a influência do profissional de Educação Física é de fundamental importância no que diz respeito a intervenção e mudança dessa realidade. Mesmo para ex-atletas de futebol, renomadas, esse espaço se construiu de forma lenta, espaço muitas vezes dividido por professores: meninas jogavam vôlei e meninos jogavam futebol. Foi através de muito esforço, que aos poucos, elas começaram a ter espaço na Educação Física escolar.

O futebol escolar ainda é uma realidade distante para muitas meninas. Assim, este trabalho direciona o foco para os modos como ex-atletas de futebol feminino exercem a docência do futebol e futsal no ambiente escolar. Interessa saber se essas professoras significam suas experiências de interdição no futebol para ministrar aulas dessa modalidade.

Considerando que os saberes dos professores são construídos ao longo dos diversos momentos de sua vida pessoal, seja como discente ou docente, o objetivo geral desse estudo foi, a partir da trajetória de ex-atletas de futebol que atualmente exercem a docência na Educação Física Escolar, compreender se as experiências de discriminação sofridas durante o processo pessoal no futebol, produziram efeitos nas abordagens adotadas por elas nas aulas que tematizam o futebol/futsal na escola.

Sendo assim, para os objetivos específicos: 1) investigar de que maneira o preconceito sofrido na vida futebolística pode acarretar no planejamento de aulas. 2) identificar se nas aulas propostas há atenção especial às meninas. 3) de que forma há intervenção na didática com os meninos que não deixam meninas jogarem futebol.

2. DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Historicamente as mulheres têm quebrado severas restrições impostas por antigos paradigmas e cada vez mais ganha espaço numa sociedade predominantemente calcada de valores masculinos, espaços estes que vem sendo consolidado também pela imagem propagada pela mulher no esporte (Freitas, 2002).

No cenário esportivo, as mulheres foram consideradas como usurpadoras ou profanadoras de um espaço consagrado ao usufruto masculino. O esporte, tanto como lazer ou com finalidades físicas, unificou um conjunto de adjetivos que representam o mundo masculino: força, determinação, resistência e busca de limites (Rubio & Simões, 1999). O esporte não pode ser visto apenas como uma maneira de movimentar o corpo, ganhar formas esteticamente aceitáveis e melhorar a saúde física, ele deve ser lembrado também como um espaço onde se refletem valores

culturais de cada sociedade na qual é praticado, reproduzindo seus sistemas hierárquicos e suas peculiaridades sociais. Para Helal (1990), o esporte deve ser encarado como algo que foi construído socialmente, este é um pensamento que vai além dos esportistas, que vê o esporte como um fenômeno universal e também como um modelo de realidade social, em especial quando confrontado com as perspectivas de ascender socialmente e economicamente.

O ciclismo foi o esporte que exerceu maior influência na emancipação física das mulheres inglesas e americanas. Atividade importada da Inglaterra em 1870 tornou-se muito popular nos Estados Unidos em finais de 1880, início de 1890 e oferecia para as mulheres o potencial para a mobilidade física e os benefícios de uma recreação ativa e saudável, assim como um novo senso de liberdade da roupa restritiva, demandando o abandono dos espartilhos e a divisão das saias em calças curtas ou bloomers (calções de mulheres, folgados e compridos até os joelhos) (Smith apud Mourão, 2003).

Na segunda metade do século XIX, o cenário europeu mostrava um crescente número de ativistas femininas francesas que denunciavam a posição social inferior mesmo após a Revolução Francesa (Devide, 2002). Já desde o século XX a mulher começou a exercer um papel mais ativo na sociedade industrializada. Nesta mesma década em muitos países as mulheres conseguiram o direito do voto, assim como o acesso às universidades e profissões acadêmicas (Pfister, 2003).

Durante Segunda Guerra Mundial a necessidade de substituir os homens que estavam no front, fez com que muitas mulheres trabalhassem desenvolvendo ações sociais e participando da vida política, provando que poderiam assumir qualquer atividade profissional e ao final da Segunda Guerra o cenário caminhava em favor da igualdade de direitos (Devide, 2002).

No esporte a condição da mulher não era diferente, nada melhor para ilustrar este histórico senão a participação feminina no maior evento esportivo mundial, os Jogos Olímpicos. A luta por direitos iguais entre homens e mulheres é refletida nos jogos. O restabelecimento dos Jogos em 1896 não previa a participação feminina, segundo Barão de Coubertin o idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, as atividades atléticas faziam as mulheres parecerem indecentes e grotescas, e pressupostos médicos preconizavam que a atividade física poderia comprometer funções maternas (Cobert apud Devide, 2002).

As mulheres só vieram participar dos Jogos Olímpicos a partir de 1900 em Paris, porém com número de participantes insignificante e em modalidades restritas como tênis e golfe considerados belos esteticamente e que não ofereciam contato físico entre as participantes (Rubio e Simões, 1999). Até 1924 a participação feminina sequer chegava a 5% do total de atletas (Carvalho, 2002). Em 1928 teve início a participação feminina na ginástica e nas provas de pista de atletismo (Pfister, 2003). Em 1912, em Estocolmo, foi permitida a participação feminina nas provas de natação, após vários anos de batalha. Os jogos de Los Angeles em 1932 e Berlim em 1936 tiveram um aumento considerável de participação feminina, chegando a 10% do total de participantes.

Segundo Alonso (2002), foi a partir do questionamento de papéis sociais provocado pelo movimento feminista na década de 1960 que criticava os pressupostos de que as mulheres deveriam se dedicar exclusivamente a casa, a família e cultivar a feminilidade, que as mulheres passaram a participar mais de atividades esportivas.

A participação de jovens em modalidades mais populares levou ao avanço do desenvolvimento do atletismo. Há diferentes histórias de mulheres que praticavam corridas e saltos desde a escola, mesmo sem os equipamentos apropriados (Rubio, 2014; Rubio, Altman, Mourão, E Goellner, 2016). Conforme aponta Araújo (2011), exemplos como esses parecem sugerir a existências de uma pressão internacional, mesmo que indireta, para que a prática do esporte feminino no Brasil acompanhasse a tendência mundial. Apesar disso, a primeira participação de mulheres brasileiras no atletismo só ocorreu nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948.

De acordo com Bastos e Navarro (2009), em 1970 as atividades esportivas eram vistas como uma militarização, com o intuito de formar um exército, devido ao regime militar. Conforme Souza Junior e Darido (2002) o processo cultural reforça o preconceito, a partir do momento em que não são permitidas às meninas, vivenciar as mesmas experiências que os meninos, o que leva a exclusão e falta de motivação das mesmas nas práticas de Educação Física.

Altmann (1998) argumenta que a oposição entre gêneros não é um reflexo ou expressão de fatos biológicos, mas sim uma construção social, isto é, as identidades aparentemente fixas e rígidas de mulheres e homens que impedem que outras possibilidades sejam propostas. Nesse viés, a autora considera o gênero como uma

categoria relacional, argumenta numa possível conexão de dois marcadores, ou seja, segundo ela gênero e habilidades são circunstâncias favoráveis à exclusão de meninas nas aulas de Educação Física, as quais são punidas duplamente, primeiro por não terem condições de ocupar os espaços de lazer da cidade e por consequência, não desenvolvem suas habilidades tanto quanto os meninos. Segundo, as meninas sendo menos habilidosas que os meninos, mais uma vez são excluídas dentro das instituições escolares. Não se pode concluir que as meninas são excluídas de jogos apenas por questões de gênero, pois o critério de exclusão não é exatamente o fato delas serem mulheres, mas por serem mais fracas e menos habilidosas que os meninos. (ALTMANN, 1998, p. 56).

Algumas reflexões tornam-se latentes acerca das relações de gênero nas aulas de Educação Física, principalmente, quando se trata da prática esportiva, como o futebol. Badinter (1993) afirma que os esportes que abrangem competição, agressão e violência são considerados as melhores origens da masculinidade, pois nesse espaço os alunos conquistam sua “identidade masculina”, demonstrando praticamente seu “descaso” com a dor, controle físico, força e vontade de vencer. De acordo com Souza (1994), nos fins de semana, as quadras esportivas fora da escola costumam ser ocupadas por homens. Da mesma forma, os espaços existentes dentro das escolas são ocupados por meninos durante o descanso e o tempo livre, o que em certa medida mostra que eles dominam esse universo.

Como vemos, as mulheres ainda passam por muitas dificuldades para manter vivo o sonho de jogar profissionalmente, já que muitas são as barreiras enfrentadas por elas desde a Educação Física Escolar. Dentro do planejamento das escolas, o futebol passa a ser um esporte dedicado, na maioria do tempo, aos meninos, ocasionando a desmotivação para as meninas, geralmente um desinteresse por parte do público feminino.

Dornelles (2001) argumenta que a separação de meninos e meninas nas aulas de educação física é um recurso amplamente usado por professores (as) e que vem aumentando. Essa separação pode impossibilitar e dificultar às discussões de gênero nas aulas. Porém, quando a situação se inverte, ou seja, as meninas demonstram habilidade há uma nova configuração, que segundo Goellner (2011, p. 82), “quando meninas apresentam um perfil de habilidade e comportamento mais agressivo para o jogo, muitas vezes, sua feminilidade é colocada em suspeição”,

assim como ainda se refere à autora, “o menino que não se adapta ao esporte, sobretudo às práticas coletivas, também tem colocado em dúvida a sua masculinidade” (GOELLNER, 2011, p 82).

De acordo com Faria Júnior (1995), talvez um dos motivos para o atraso da prática de futebol pela mulher tenha sido devido à participação e oportunidades oferecidas a elas, com uma Educação Física injusta, burguesa, branca e machista. Além do discurso, foram utilizados argumentos biológicos para afastar a mulher do futebol, Ballariny (1940; citado por FARIA JÚNIOR, 1995), da escola de Medicina, afirmou que o futebol era um esporte violento e prejudicial ao corpo feminino, podendo até causar danos permanentes aos órgãos reprodutores da mulher. Ballariny acreditava ainda que o futebol masculinizava as mulheres, desenvolvendo pernas mais grossas, tornozelos mais rechonchudos, joelhos deformados. Outro falso argumento foi a ocorrência de lesões mamárias (FARIA JÚNIOR, 1995). No campo psíquico, o futebol foi considerado como um agravante do espírito agressivo e combativo, qualidades incomparáveis com o gênio e o caráter feminino (FARIA JÚNIOR, 1995).

Apesar de todas as dificuldades, através de pequenas manifestações que ocorreram de maneira muito lenta, a mulher começou a buscar seu espaço nos campos de futebol. Tódaro (1997) ressaltou que na década de 40, na cidade do Rio de Janeiro, as mulheres da classe trabalhadora lutavam contra o controle social e iniciaram a prática do futebol.

No Brasil, em 1941, a Lei n.º 3.199 de 1941 (BRASIL, 1941) proibia às mulheres a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza (BRUHNS, 2000). Em 1965, o Conselho Nacional de Desportos (CND) manteve a proibição a prática feminina de esportes, como lutas, futebol e polo aquático. Estas proibições relacionavam-se com a compreensão do papel social das mulheres. Mourão (2000), destaca que as mulheres eram representadas como frágeis, incapazes, um corpo que deveria ser preservado apenas para a função de reprodução. A preocupação da época era que as mulheres não poderiam gastar energia com outras atividades, pois seria necessário preservar-se para a reprodução. Dessa forma, os esportes, principalmente aqueles com contatos físico, não eram permitidos a elas.

Essa concepção perpetuou no Brasil, segundo Castellani Filho (1991), até a década de 1970, sendo oriunda do movimento higienista no período colonial, em meados do século XIX. Entendia-se que “mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais estariam mais aptos a defenderem a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso de mulheres”. (CASTELLANI FILHO, 1991, p. 56).

As mulheres percorreram um caminho muito longo até conseguirem reconhecimento no campo esportivo, principalmente, em se tratado de futebol, confrontando-se com barreiras culturais. Sabe-se que, atualmente, o futebol é uma modalidade esportiva praticada tanto por homens como por mulheres

Segundo Franzini (2005), o futebol feminino chegou ao país em 1913, ano que acontece o primeiro jogo entre mulheres dos bairros Cantareira e Tremembé, na Zona Norte de São Paulo. Na década de 1980, com a conquista da Copa feminino da Espanha, a equipe carioca Esporte Clube Radar, incentivou o surgimento de novos times. Em 1988, foi organizada a primeira Seleção Brasileira de futebol feminino pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Nesse mesmo ano ocorreu a decadência da equipe carioca e, conseqüentemente, do futebol feminino brasileiro (DARIDO, 2002).

Segundo Salles, Silva e Costa (1996) e Darido (2002), em 1991, a CBF ‘recrutou’ jogadoras do extinto Clube Radar para formar novamente a Seleção Brasileira, a fim de disputar o Mundial na China e os Jogos Olímpicos de Barcelona. Em 1996, o Brasil alcançou o quarto lugar nas olimpíadas de Atlanta. Em 1999 conquistou o terceiro lugar, nos pênaltis, na copa do mundo dos Estados Unidos. Iniciando os anos 2000, a Seleção Brasileira, atingiu o quarto lugar nos jogos Olímpicos de Sydney; em 2003 chegou ao quinto lugar em Atentas, e 2008, em Pequim, conquistando duas medalhas de prata (SALVANI; MARCHI JUNIOR, 2016). Consagraram-se campeãs dos Jogos Mundiais Militares de 2018 (BRASIL, 2018).

Já a respeito da cultura do futebol, até mesmo nas arquibancadas, Vieira (2010) afirma que as mulheres estão mais presentes nos estádios de futebol pelo Brasil, o que por um lado demonstra que elas têm mais poder de expressão e presença do que antes. Em contrapartida, o autor afirma que a capacidade de compreensão das torcedoras em relação ao jogo ainda é frequentemente questionada por pessoas que não as consideram conhecedoras da modalidade.

Nesse sentido, as mulheres são muito mais inqueridas que os homens sobre conhecimentos referentes ao futebol, cujo sucesso legitima ou não seu interesse como verdadeiro (STAHLBERG, LARA, 2013). Silvana Goellner (2019) diz que o futebol é um espaço que não foi pensado para elas, e para nele adentrar e permanecer precisam de muita garra.

Diante do sucesso dos bons resultados da seleção brasileira feminina nos Jogos Olímpicos de Atenas (2004), nos jogos Pan – Americanos (2003 e 2007), e na Copa do Mundo da China (2007), a CBF organizou, em 2013, a Copa do Brasil, uma competição fixa e próxima do modelo do masculino que durou até 2016. O critério de vagas para a Copa do Brasil Feminina, em que participavam 32 times, se dava pelos bons resultados nos campeonatos ou torneios seletivos estaduais (CBF, 2016). No período de 2013 a 2016, aconteciam duas competições em nível nacional: a Copa do Brasil e o Campeonato Brasileiro. A seleção dos clubes que disputaram o primeiro ano do Brasileiro foi centrada nas 20 melhores equipes do Ranking de Futebol Feminino da CBF. Em 2017, a CBF alterou a fórmula de disputa da competição: reduziu a 1ª de 20 para 16 times, chamando-a de série A1, e criou a série A2, também com 16 equipes. Com isso, encerrou a Copa do Brasil com a justificativa de que não conseguia sustentar duas competições de porte nacional (CBF, 2017). A equipe vencedora e o segundo lugar da série A1 classificavam-se para a Copa Libertadores da América.

Knijnik e Vasconcelos (2006) afirmam que o futebol realizado por homens e por mulheres, é indubitavelmente, parte integrante e simbólica de manifestações culturais de norte a sul do país. Ligas e campeonatos existem, tanto em níveis locais como nacionais e internacionais. Mas a instabilidade na permanência de clubes de futebol com time de mulheres, muitas vezes, desqualifica e descaracteriza o papel representativo e profissional das jogadoras do país.

Mariani da Silva Pisani, em seus estudos sobre migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol até 2014, afirma que só era possível ter uma vida financeira sustentável como jogadora de futebol em 17 dos 168 países listados pela FIFA e que, por isso, até esse período, “apesar de serem jogadoras com talento reconhecido é preciso que saiam de seus países para poder viver do futebol” (PISANI, 2014, p.4). Botelho (2010) aponta os anos 2000 como o período de maior crescimento dessas migrações e os EUA como o destino mais

percorrido. Botelho identificou o interesse pela experiência cultural, a busca por ganhos econômicos, a necessidade de fixar residência, as novas oportunidades de vida e o amor ao esporte como as principais razões de jogadoras saírem de seus países através do futebol (BOTELHO, 2010).

Pisani (2012) afirma que, em 2012, alguns times possuíam estrutura de centros de treinamento (CT) para mulheres, pagamento de salários e de despesas com moradia e alimentação, oferecendo atendimentos como fisioterapia, material esportivo e transporte. A autora também afirma que essa realidade era rara, destacando que o cenário esportivo, na maioria das vezes, era precário, instável e de poucas oportunidades. Por isso, “é comum que jogadoras ainda muito jovens saiam de suas cidades natais para atuar em times de outros estados” (PISANI, 2014, p.2). O estado de São Paulo é marcado como polo principal de destino visado pelas jogadoras por possuir o maior número de times de futebol de mulheres do país e ter clubes com boas estruturas para acolher e treinar as atletas. Sobre a instabilidade profissional dessas jogadoras, Pisani ainda aponta que “grande parte dessas atletas estuda e faz faculdade paralelamente aos treinos, uma vez que admitem que depois que encerram a carreira de futebol é quase impossível continuar sobrevivendo do futebol” (PISANI 2014, p.2). Uma pesquisa feita com jogadoras de Pernambuco, em 2017, revelou que 76% das jogadoras da região conciliam a profissão de jogadora com outro trabalho ou faculdade. Além disso, segundo Gregory, (2014, p.12), “na utilização de recursos, sejam eles públicos ou resultantes de patrocínio privado, a grande maioria dos clubes e instituições os direciona apenas ou quase que exclusivamente para as equipes masculinas”.

A falta de apoio por parte da família, de amigos e de instituições sociais como escola e igreja, além de desestimular a prática pelas mulheres, limita que elas ocupem vários espaços como, por exemplo, as praças e parques públicos (KNIJNIK, 2003; 2010). A literatura também indica que, por vezes, os pais querem definir a prática esportiva de seus filhos e suas filhas (FRANZIN, 2005; GOELLNER, 2005; ALTMANN, 2011).

Atualmente, é possível afirmar que as redes sociais cumprem um grande papel na divulgação do futebol de mulheres. Perfis no Instagram de equipes, portais especializados, páginas no facebook e sites de competições, são alguns exemplos. Divulgação esta ampliada a partir da decisão da CONMEBOL, conforme indica a

pesquisa desenvolvida por Mazo, Balardin e Bataglioni (2020), os quais identificam um acréscimo de 84% no número de reportagens e um aumento de 80% em relação ao tempo destinado ao futebol de mulheres no Programa Globo Esporte – RS, em função da reativação das equipes do Grêmio e do Internacional.

2.1 Mulheres na Educação Física escolar.

Segundo Melo e Rubio (2017), as mulheres brasileiras tiveram direito de curso e ensino fundamental em 1827, e, apenas em 1879 puderam chegar ao ensino superior, embora o acesso estivesse regularizado pelo poder econômico. As publicações acadêmicas do início do século XX afirmavam a fragilidade do corpo feminino e a necessidade de preservação das mulheres para a função materna. Foi o advogado e deputado federal Ruy Barbosa quem primeiro defendeu a presença do exercício físico no currículo para as mulheres na reforma de ensino de 1882/1883 (Goellner, 2003). O esporte foi ao longo do século XX um espaço privilegiado para a construção de identidade e de desenvolvimento da alteridade, não apenas no Brasil como na maioria dos países Ocidentais (Pike, 2017).

É evidente que a Educação Física escolar tem sofrido várias transformações no decorrer da sua história, mas a ideia de que meninos e meninas devem estar em espaços separados ainda permanece em muitas escolas. Nessa perspectiva, “a sociedade brasileira sempre tentou mascarar questões relativas à sexualidade, principalmente durante a adolescência, pois o meio escolar há muito tempo, opta por separar corpos, ficando desta forma em uma posição bastante cômoda, sem precisar enfrentar questionamentos ou situações consideradas “desconcertantes” (FREIRE, 1994, p. 210).

Barrie Thorne (1993) pesquisou o pátio de escolas fundamentais norte-americanas e constatou que meninos ocupavam dez vezes mais espaços do que meninas nos recreios da escola; e, enquanto eles controlavam espaços maiores e principalmente destinados a esportes coletivos, elas permaneciam em espaços menores e mais próximos ao prédio, obtendo, assim, a proteção dos adultos. Além de ocuparem mais espaço, meninos invadiam e interrompiam os jogos femininos mais frequentemente do que elas interferiam nos jogos masculinos.

Numa pesquisa de escolas elementares inglesas, Elisabeth Grugeon (1995) registrou o domínio masculino do espaço físico durante os recreios, o qual ocorria principalmente em função do futebol. A autora estudou a cultura do pátio escolar a partir de canções infantis, buscando entender em que medida os jogos musicados das meninas capacitavam-nas a enfrentar ou reforçar estereótipos de gênero. A autora afirma que as letras das canções eram um meio pacífico de revanche à dominação masculina do espaço físico.

Por intermédio de estudo em uma escola primária de Belo Horizonte, Tarcísio Vago (1993) também observou que as meninas restringiam suas ações ao pátio central, enquanto os meninos usufruíam de outros espaços, até de uma quadra cimentada onde improvisavam as goleiras com garrafas, onde jogavam futebol todos os dias. Ele afirma que a intensidade de movimentos dos meninos na escola era maior do que das meninas.

Serbin (1994), pesquisando escolas elementares norte-americanas, mostrou que a presença do professor ou da professora em algum local já é, por si mesma, um fator de extrema importância na determinação das atividades das crianças. As professoras, por terem sido socializadas como mulheres, têm interesses específicos na sala de aula e, conseqüentemente, acabam interagindo com as crianças, principalmente em atividades de preferência feminina. Isso facilitaria um envolvimento dos meninos com essas atividades, mas não o envolvimento de meninas em atividades predominantemente masculinas. Um experimento foi feito e, quando a professora ocupou áreas na sala de aula onde ficavam brinquedos como blocos e caminhões, meninas tímidas, que antes nunca tinham ido àqueles lugares, aproximavam-se. A pesquisadora concluiu que as meninas não chegavam àqueles locais porque a professora não ia até lá. Obtiveram-se os mesmos resultados com os meninos, quando ela foi brincar com bonecas e quando a experiência foi repetida por professores homens.

3. METODOLOGIA

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo de ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas

que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979 p.520). Em sua maioria, os estudos qualitativos são feitos no local de origem de dados; não impedem o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico (adequada para fenômenos claramente definidos), mas partem da suposição de que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambiguidade.

3.1 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Tendo como base a proposta de pesquisa do presente estudo, foi utilizado como método para coleta de dados a entrevista, contendo perguntas abertas e semiestruturadas visando identificar a vivência de três professoras de Educação Física, ex-atletas de futebol feminino nas aulas escolares, ministrada por elas. O desenvolvimento das respostas baseia-se na vida pessoal das entrevistadas. As interlocutoras da pesquisa foram três mulheres ex-atletas de futebol que atualmente exercem docência como professoras de Educação Física.

Nome Fictício	Idade	Atleta Profissional	Atleta Amadora	Atual Docência
Roberta	45	Sim	Não	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul - Rio-Grandense. IFsul
Rute	40	Não	Sim	Escola Estadual Cecília

				Meireles
Benta	35	Não	Sim	Escola Estadual Jussara Polidoro

3.2 ASPECTOS ÉTICOS

Como forma de atender aos aspectos éticos, a presente pesquisa respeitou todos os cuidados necessários quanto à realização da entrevista com as ex-atletas. Antes de iniciar a pesquisa, foi obtido o consentimento informado de cada participante, no qual elas foram devidamente informadas sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos e a forma como suas repostas seriam utilizadas. Foi enfatizado que a participação era voluntária e que elas tinham o direito de recusar-se a participar.

As informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo e não serão divulgadas ou compartilhadas com terceiros sem o consentimento prévio das participantes. É importante destacar que os resultados obtidos através da pesquisa poderão ser publicados futuramente em artigos científicos, apresentações em conferências ou outros meios acadêmicos.

A participação de ex-atletas neste estudo contribui significativamente para o avanço do conhecimento na área. Caso as participantes tenham alguma preocupação, dúvida ou desejo de obter informações adicionais sobre a pesquisa, o pesquisador está disponível para esclarecimentos e fornecimento de quaisquer informações necessárias.

3.3 ANÁLISE DE DADOS.

Preconceito na infância

Na infância, os preconceitos vividos por meninas que jogavam futebol eram frequentes. Das entrevistadas, todas sofreram preconceito por jogarem futebol quando pequenas, como citou Benta: “O primeiro preconceito foi em casa eu acho né? Primeiro dos meus pais, porque eu tenho um irmão mais velho, às vezes ele ia sair e brincar e eu tinha que primeiro lavar uma louça, ou varrer a casa para depois sim brincar, mas eu brincava com meu irmão e quando ele não estava, eu não podia

jogar bola, só quando ele estava”. A raiz desses preconceitos é possivelmente explicada, porque sempre as garotas são incentivadas a brincarem com aquelas atividades construídas culturalmente como femininas, ou seja, meninas devem brincar de boneca e de casinha e os meninos praticar os gestos do futebol. As mulheres atuantes no futebol feminino, colhem os efeitos desses pensamentos na sociedade patriarcal, visto que, muitas vezes, o preconceito com essas mulheres, começa dentro de casa, quando suas famílias não as apoiam, ou até mesmo as proíbem de praticar o esporte, por julgarem ser “coisa de homem”. A seguir alguns trechos das entrevistadas que comprovam isso:

“Diziam: Vai lá machinho, correr atrás da bola” “Futebol é para guri”, “O que tu quer no meio desses guris.” Ouvia bastante.” (Roberta).

“Minha família achava que eu ia ficar masculinizada, que ia ficar com o corpo feio, machucada, era um esporte considerado agressivo, então tinha muito preconceito sabe?” (Roberta).

Cruz et al. (2008) entrevistaram jogadoras de futebol da cidade de Guanambi-BA, que ressaltaram sobre a falta de incentivo de parentes e amigos para praticar a modalidade esportiva e o preconceito existente com as mulheres que jogam futebol nessa localidade, concluindo que uma parcela da sociedade contemporânea continua com pensamentos machistas e retrógados, dificultando a igualdade de oportunidades no campo esportivo. Na mesma perspectiva, Costa (2016) realizou entrevistas semiestruturadas com quatro atletas do clube Pelotas/Phoenix, da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Ao analisar as respostas das jogadoras, a autora identificou que ainda existem muitos preconceitos contra as mulheres que vivenciam os gestos dessa prática corporal, principalmente de amigos. Outra questão importante é que esse pensamento machista ainda persiste nas escolas, quando os/as docentes de Educação Física desestimulavam as meninas que queriam vivenciar manifestações da cultura corporal consideradas como masculinas.

Ao analisar as entrevistas, identifiquei que as ex-atletas e atuais professoras percebem que o preconceito vem principalmente por parte dos homens da família, que buscam desqualificar o fato de que elas queriam estar dentro de uma prática dita como masculina e tiveram que enfrentar diversas adversidades e obstáculos em seus vários espaços e sociabilidade (escola, família, amigos) para continuar praticando a modalidade esportiva.

Preconceito na escola

Na escola, um lugar repleto de diferenças, também é repleto de preconceitos, no qual colocavam o futsal como um “esporte de homem”. O ambiente escolar, desde o seu início, produziu distinções e desigualdades. No momento de introdução dos esportes na educação física escolar brasileira, as meninas foram tidas como seres frágeis e dóceis, acarretando numa menor inserção das mesmas, e os meninos dotados de força, dominação e poder, marcas que reiteram a diferença de gênero. A construção das imagens de feminilidade aparece inserida na Educação Física em diferentes espaços e tempos, formas e estratégias diversas. De acordo com Helena Altmann apud Juliana Würfel (2018, p. 17): “Quando as meninas jogam contra meninos, ao invés dos mesmos se sentirem desafiados, sentem-se ameaçados em sua masculinidade, por medo de serem vencidos, pois as meninas podem superar as expectativas e apresentarem-se com grande habilidade para os esportes”.

Bourdieu (2011) explica que as diferenças sexuais abrem uma diferença entre os gêneros que acaba servido de justificativa para que os meninos e meninas entrem em conflito no cotidiano da escola. Porém, esse não é o único problema, visto que segundo Daolio (2006): “Há uma construção corporal do corpo feminino diferente da construção do corpo masculino”.

Ou seja, o corpo feminino é visto na sociedade como frágil e delicado o que gera dúvidas na prática do esporte, e o que leva muitos professores a ensinarem vôlei para as meninas e futsal para os meninos. Trecho da fala das entrevistadas que comprovam:

“Na escola mesmo, eu nunca consegui participar com uma equipe de futebol feminino. Tanto no fundamental, quanto no médio, gurias era só vôlei.” (ROBERTA).

“...mas na minha época escola, existia aula de educação física no turno normal que o professor não ensinava futebol, nunca ensinou.” (BENTA).

Nossas entrevistadas comprovam que o professor de Educação Física tem um papel de importância para mostrar os diferentes conteúdos para as crianças na fase escolar, já que se tem um contexto social e cultural inserido no meio dos esportes. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017, p.209): “É

fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência de crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonista, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola”. Isso é, oferecendo por meio do esporte mostrar as experiências que eles podem trazer de forma cultura, corporal, estética e de forma lúdica.

Com base nos objetivos da pesquisa e os resultados apresentados, sabemos que o futebol é um esporte com uma influência cultural gigantesca, principalmente no Brasil, com sua vasta história e reconhecimento mundial. A inserção do futebol feminino na escola, fez com que a prática do futsal pelas meninas seja cada vez mais presente, tanto na escola quanto na rua. 100% das entrevistadas fizeram questão de salientar que o professor de Educação Física ou não incentivou elas durante o processo, ou pouco incentivou. Nossa entrevistada Benta, descreveu para nós que: “Positivamente não tive professores incentivando, e negativamente acho que da maioria. Porque eles diziam “cuidado! Vai te machucar”, “ó a menina com as canelas tudo roxa”, afirmou Benta. E sempre tinha esse reforço negativo de que talvez futebol não fosse para menina e que era muito violento para menina.

O professor de Educação Física tem um papel de importância gigante para mostrar os diferentes tipos de esportes para as crianças, inclusive o futsal/futebol para as meninas. A igualdade desejada nas aulas de educação física não deve ser uma comparação entre meninos e meninas; o importante nesse processo é valorizar a diferença e a contribuição individual para todos os meninos e meninas, proporcionando atividades que possam ser praticadas por todos, contribuindo para a construção do ser social.

Estratégias didáticas adotadas pelas professoras

É necessário entender como a relação professor-aluno pode modificar a justificativa das meninas não praticarem futsal/ futebol na escola, uma vez que, boa relação professor-aluno mostra-se potencializar o interesse da aluna pela prática. Ainda, entender se existem fatores externos e internos que fazem com que as alunas se sintam prejudicadas ou discriminadas de alguma maneira ao querer

participar dessas atividades é primordial para que se possa propor uma melhor forma para que o contexto gênero não impeçam a prática de ambos nas aulas de educação física.

Nesse eixo da pesquisa, discutiremos sobre as estratégias didáticas apresentadas pelas professoras para que as meninas sintam-se mais à vontade na prática do esporte:

“Eu lanço alguns vídeos sobre a questão das mulheres no esporte e os preconceitos para eles refletirem sobre a própria prática do futebol callejero, que é um tema do meu estudo, que é um futebol misto, não tem mediador, a gente debate alguns valores ali e tal... é uma prática que eu diria bem eficiente nesse sentido, de poder dialogar sobre essas questões de gênero”. (RUTE)

A prática do Fútbol Callejero possibilita uma interação mais igualitária entre os participantes, uma vez que a construção do jogo é coletiva e as equipes são formadas por meninos e meninas (VAROTTO et al., 2018). Desse modo, como a metodologia do Fútbol Callejero proporciona um “[...] grande potencial para o empoderamento das mulheres” (BELMONTE; GONÇALVES JUNIOR; SOUZA JÚNIOR, 2018, p. 257).

Outra forma de incentivar as alunas a estarem inseridas no futsal escola é o futebol misto, como relata nossa entrevistada:

“Eu tento trabalhar sempre misto sabe? Seja qual for a modalidade”. (ROBERTA)

Trabalhar com a Educação Física co-educativa é um modo de focar a relação entre meninos e meninas, já que não se deseja a disputa entre os sexos. Além disso, se faz necessário proporcionar representatividades masculinas e femininas, para que meninos e meninas possam escolher as atividades, aprender, participar e se desenvolver.

Nossa última entrevistada nomeada como Benta, nos contou sobre as três metodologias utilizadas: estar em sintonia com a escola, realizar palestras tanto para alunos, quanto para as professoras e a última: dar o feedback dia a dia, tentando de alguma maneira incentivar as meninas a estarem jogando, sejam sozinhas, ou com os meninos.

“A primeira metodologia é essa, o segmento que a gente tem que dar com a comunidade escolar. As palestras que eu realizei no início do ano que também é

uma estratégia e a terceira para mim é a mais importante, que é a contínua, que é a do dia a dia. De dar o feedback na hora, e como eu reforço de novo, não de uma maneira abrupta, eu acho que tu tem que fazer o aluno e a pessoa entender e botar na cabeça dela situações do dia a dia, então às vezes eu tento inverter os papéis, boto as gurias na quadra e eles fora, olhando, como se fossem os meninos, ou pego um esporte que as meninas são mais habilidosas, por exemplo: o handebol, que as gurias são mais habilidosas que eles, então eu coloco as gurias jogando em maior numero contra eles para eles entenderem.” (BENTA)

A maioria dos meninos demonstra certa resistência quando o assunto é jogar futebol com as meninas. Já as meninas se dividem em dois grupos: as que preferem se esforçar nas atividades teóricas para que suas notas não dependam da participação em atividades práticas; as que querem jogar futebol, mas encontram empecilhos como a discriminação ainda existente na sociedade, por isso a demonstração diariamente pelas professoras deve ser algo constante, para que as meninas possam sentir-se seguras de estarem em um ambiente, que ainda, é masculinizado.

Ao seguir uma fundamentação baseada na intuição e/ou no senso comum o professor acaba por retirar o caráter formador da escola. Por isso, é necessário que o professor renove seu referencial teórico e repense sua prática pedagógica para atender as pretensões e anseios das alunas. Becker (1993), em sua pesquisa sobre a epistemologia do professor, afirma que o docente que não possui fortemente uma teoria que subjaza sua prática, acabando por se deixar levar pelo senso comum e executando um ensino basicamente empirista e/ou apriorista, baseado na repetição e em receitas mágicas que dizem levar a aprendizagem.

Existem diversas estratégias pedagógicas que podem estar em comum acordo entre a comunidade escolar e os(as) professores(as) de Educação Física. O que não pode acontecer é parar o incentivo para as meninas, porque isso é uma luta diária de todos, não somente delas.

Durante as entrevistas, percebemos que as aulas co-educativas ficaram evidentes nas três participantes da pesquisa. A Rute destaca o futebol callejero, ensinando meninas e meninos estarem juntos. A Roberta afirma que trabalha com esportes mistos e a Benta fala sobre a inversão de papeis, sobre botar meninos para estarem participando juntamente das meninas. Quanto mais crianças de ambos os

sexos forem estimuladas desde cedo a experimentar a prática conjunta nas aulas de Educação Física, criticando, dando opiniões, adquirindo novos movimentos, além dos já aprendidos, mais elas desenvolverão as suas capacidades afetivas, motoras, cognitivas, expressivas, culturais, sociais e criativas.

As aulas co-educativas devem contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, ou seja, prepará-las para entender o porquê de trabalharem juntos, levando-as a relacionar-se com os outros, consigo mesmas e com o mundo. Desta forma, problematizar o sentido das relações estabelecidas entre meninos e meninas, procurando entender as verdadeiras diferenças e igualdades entre os mesmos, para que possam socializar-se de maneira a atingir o conhecimento necessário para agir com estas diferenças. Cabe a escola proporcionar essa oportunidade de aprenderem a conviver, descobrirem-se entre si, compreenderem suas diferenças, sem que haja discriminação entre ambos. Abaixo, alguns relatos das ex-professoras de futebol/futsal, sobre como elas idealizam esse futuro para as meninas nas aulas de Educação Física.

A Roberta, nossa entrevistada, afirma que gostaria que fosse algo natural:

“Eu gostaria que fosse natural, não ter vergonha, muitas meninas tem vergonha, a vergonha de errar um pé na bola, a vergonha de chutar” (ROBERTA)

A Benta relata que a idealização para ela seria a igualdade:

“Se eu pudesse idealizar algo, eu queria que elas tivessem o mesmo tratamento que os meninos têm”. (BENTA)

Mulheres, professoras, mães, apoiadoras, incentivadoras das suas filhas, educadoras dos seus filhos, toda nós acreditamos que o amanhã do futebol feminino será algo diferente, algo novo, assim como, em passos lentos, está sendo. A utopia vivida diariamente para quem sonha com o “futebol feminino ideal” vai algo muito além do ensinar o futebol. É uma luta de quem corre todos os dias por algo melhor para a próxima geração de meninas habilidosas que sonham em serem jogadoras, e também para meninas não tão habilidosas que querem apenas sentir-se à vontade para errar e não virar piada.

Mesmo tratando-se de algo distante, que requer um trabalho demasiado, podemos diariamente, tentar mudar a trajetória acadêmica das meninas nas aulas de Educação Física. Seja dando algum incentivo, seja corrigindo os meninos para que eles entendam a desigualdade cultural que um simples passe possa ter.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender se as experiências de discriminação sofridas durante o processo pessoal no futebol produziram efeitos nas abordagens adotadas por elas nas aulas que tematizam o futebol/futsal na escola. Nesse sentido, foi possível perceber que as professoras durante toda trajetória pessoal dentro e fora da escola, mesmo vivendo preconceitos durante a vida pessoal e a vida acadêmica, conseguiram de maneira didática e perspicaz introduzir metodologias a fim de desenvolver o futsal/futebol feminino escolar.

A principal metodologia utilizada por elas foram aulas co-educativas, onde o objetivo principal era fazer com os meninos estivessem juntos as meninas e tentassem entender que o esporte deve ser igualitário para todos. O desafio principal, relatado por elas, foi fazer com que os meninos não resistissem mais para que as meninas estivessem inseridas nesse contexto escolar, fazendo com que elas não sentissem mais medo de estarem junto aos meninos na prática do futsal. O desafio diário é não parar com o incentivo para as meninas e fazer com que os meninos entendam que o processo de desenvolvimento das meninas no futsal pode ser um pouco mais demorado em virtude da nossa cultura machista, que de alguma forma, reflete nelas todos os dias. Dessa forma, é fundamental que tenhamos professores e professoras capacitados e motivados para explorar novas metodologias para que as meninas estejam com vontade de aprender e se dediquem as aulas de futsal/futebol escolar.

Um limite para a realização da pesquisa foi o número de interlocutoras. Infelizmente, durante todo o processo, pouco foi encontrado sobre o tema. Obtive sinalização de apenas três ex-atletas de futebol que atualmente são professoras em escolas, algumas mulheres com quem tive contato ou eram ex-atletas e não atuavam em escolas ou eram professoras que não eram ex-atletas. A sugestão para futuros pesquisadores sobre o assunto: ouvir mais professoras para que as análises pudessem estar de forma mais extensa e os dados fossem mais significativos.

5. REFERÊNCIAS

Alonso, L. K. (2003) **Mulher, corpo e mitos no esporte**. In.: A. C. Simões (org) Mulher e Esporte Mitos e Verdades: São Paulo: Manole.

ALTMANN, H. **Educação física Escolar: Relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015. Coleção educação e saúde. p. 29-41.

ALTMANN, Helena. **Rompendo fronteiras de gênero: marias (e) homens na educação física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.21, p. 112-117; 175-176, 1999.

BADINTER, Elisabeth. XY - **Sobre a identidade masculina Trad. Maria Ignez Duque Estrada**. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 266p.

BALARDIN, Geórgia Fernandes. **Espaço midiático do futebol feminino no Rio Grande do Sul: Um estudo a partir do Regulamento da Conmebol**. 2018. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BARREIRA, Júlia; MAZZEI, Leandro C.; CASTRO, Flávio D.; GALATTI, Larissa R. **CONMEBOL e o futebol de mulheres: uma análise das estratégias de desenvolvimento (in)existentes na América do Sul**. In: MARTIN, Mariana Z.; WENETZ, Ileana (org.). Futebol de mulheres no Brasil: desafios para as políticas públicas. Curitiba: CRV, 2020. p.29-44.

BECKER, F. **A Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes. 1993.

BOURDIEU, P. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

BRUHNS, Heloisa T. Futebol, Carnaval e Capoeira: **Entre as gingas do corpo brasileiro**. Campinas - SP: Papirus, 2000.

Carvalho, A. (2002) **A participação feminina nos Jogos Olímpicos**. In.: M. Turini e L. DaCosta. Coletânea de Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: UGF, vol. 2.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

CBF. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **CBF equipara diárias e premiações pagar em seleções brasileiras**. CBF Notícias, 2 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/presidente-da-cbf-anuncia-equiparacao-das-diarias-pagas-as-selecoes-br>. Acesso em: 29/03/2023.

COSTA, Martina Gonçalves Burch. **Perspectivas para o futebol feminino: um estudo a partir do Pelotas/Phoenix**. Revista Brasileira de Futebol e Futsal. São Paulo, v. 8, n. 31, p. 379-386, 2016. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/502/377>. Acesso em: 19/08/2023

CRUZ, Marlon Messias Santana et al. **O futebol feminino em Guanambi: realidade vestida de preconceito**. Unimontes Científica. Montes Claros, v. 10, n. 1/2, p. 2-11, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2282/2383>. Acesso em: 19/08/2023

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7ª Ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.

Devide, F. P. (2002) **História das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos**. In: M. Turini e L. DaCosta (orgs) Coletânea de Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: UGF, vol. 2.

Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/106/2275>

FARIA JR., A. G..Futebol, **Questões de Gênero e Co-Educação** – Algumas Considerações Sob Enfoque Multicultural. Revista Núcleo Sociologia do Futebol, n.2, 1995.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1994.

Freitas, S. (2003) **Mulher: fonte e instrumento do poder**. In.: Simões, A. C. (org) Mulher e Esporte Mitos e Verdades: São Paulo: Manole, p.49-68.

GIL, G. “**O Drama do ‘futebol-arte’: o debate sobre a seleção nos anos 70**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. N.25, 9, junho 1994.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e esporte no Brasil, entre incentivos e interdições elas fazem história**. Pensar a Prática, Goiás. 2005a.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, 2005a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>

GUEDES, S. “**O povo brasileiro no campo de futebol: o futebol e a construção da identidade nacional**”. Letras, n.54/56, agost/out., 1998.

Helal, R. (1990) **O que é sociologia do esporte**. São Paulo: Brasiliense.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979 a, pp 520-526.

Mourão, L (2003) **Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas** In.: Simões, A. C. (org) Mulher e Esporte mitos e Verdades: São Paulo: Manole.

Pfister, G. (2003) **Participation of women in Olympics and the cultural diversities. Anais da 6th Joint International session for educator & officials of higher institutes of physical education**. Olímpia (Grécia): International Olympic Academy.

Pike, E. (2017). **The social responsibility of the Olympic Games: Olympic women. Olimpianos - Journal of Olympic Studies**, 1(1), 1-14.

Rubio, K., Altmann, H., Mourão, L., & Goellner, S. V. (2016). **Women and sport in Brazil**. In: R. L. D'Amico, T. Benn, G. Pfister (Orgs.), Women and sport in Latin America. New York/Oxon: Routledge, 69-78, 2016.

Rubio, K; Simões, A. C. (1999) **De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres**. Revista Movimento.

SANTOS, Paulo Sergio Moreira; HIROTA, Vinicius Barroso. **Futsal na Educação Física escolar: a participação das meninas**. EFDeportes.com, Revista Digital, Buenos Aires, ano 17. n. 167. abril. 2012.

SOUSA, E. S. de. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história da educação física em Belo Horizonte (1897-1994)**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Campinas, 1994.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. **A prática do futebol feminino do Ensino Fundamental**. Motriz, Rio Claro, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan/abr. 2002.

SOUZA, Juliana Sturmer; KNIJNIK, Jorge Dorfman. **A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 35-48, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16642/18355>. Acesso em: 19/08/2023

THORNE, Barrie. **Gender play: girls and boys in school**. New Jersey, USA: Rutgers University Press, 1993. 237 p.

TÓDARO, L. G. **Considerações Acerca do Futebol Feminino no País**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1997. Trabalho de Formatura, Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Das escrituras à escola pública: a educação física nas séries iniciais do 1º grau**. Belo Horizonte: UFMG, 1993. 252 p. (Dissertação, Mestrado em Educação).

